



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 2, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

**EIXO 2 - EDUCAÇÃO E INCLUSÃO. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÕES SOCIAIS.
POLÍTICAS AFIRMATIVAS. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS.
EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS. EDUCAÇÃO PARA A PAZ.**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://doi.org/10.29380/2020.14.02.25>

Recebido em: **02/09/2020**

Aprovado em: **07/09/2020**

MARGINALIZAÇÃO DA INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA E GÊNERO NA
EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA; MARGINALIZATION OF THE INTERSECTIONALITY
OF RACE AND GENDER IN BRAZILIAN BASIC EDUCATION; MARGINALIZACIÓN DE
LA INTERSECCIONALIDAD DE RAZA Y GÉNERO EN LA EDUCACIÓN BÁSICA
BRASILEÑA

ERIKA BENIGNA NASCIMENTO

<https://orcid.org/0000-0003-4893-0955>

FERNANDA CRISTINA DE PAULA

MARIA CELESTE REIS FERNANDES DE SOUZA

<http://orcid.org/0000-0001-6955-5854>

RESUMO: Este artigo objetiva mapear produções científicas, dos últimos dez anos (2010 – 2020) sobre interseccionalidade de gênero e raça na educação básica brasileira. Como aporte teórico, recorreremos a autoras que discutem a interseccionalidade de gênero e raça e opera-se metodologicamente com a revisão sistemática, por meio da busca no portal de periódicos da CAPES de artigos acadêmicos sobre a temática. A metodologia constituiu em uma revisão bibliográfica sistemática. Os resultados indicam lacuna nas produções acadêmicas dentro dessa abordagem. Reflete-se, pois, na marginalização da pauta interseccional gênero e raça no campo da educação.

Palavras-chave: Interseccionalidade, Raça, Gênero, Educação

ABSTRACT: This article aims to map scientific productions, from the last ten years (2010 - 2020) about intersectionality of gender and race in Brazilian basic education. As a theoretical contribution, we use authors who discuss the intersectionality of gender and race and operate methodologically with the systematic review, by searching the CAPES journals portal for academic articles on the subject. The methodology constituted a systematic bibliographic review. The results indicate a gap in academic production within this approach. It is reflected, therefore, in the marginalization of the intersectional agenda gender and race in the field of education.

Keywords: Intersectionality, Breed, Genre, Education

RESUMÉ: Cet article vise à cartographier les productions scientifiques des dix dernières années (2010-2020) sur l'intersectionnalité du genre et de la race dans l'éducation de base brésilienne. En tant que contribution théorique, nous utilisons des auteurs qui discutent sur l'intersectionnalité du genre et de la race et opèrent méthodologiquement avec la revue systématique, en recherchant sur le site des revues CAPES des articles académiques sur le sujet La méthodologie a constitué une revue bibliographique systématique. Les résultats indiquent une lacune dans la production académique dans cette approche. Cela se traduit donc par la marginalisation de l'agenda intersectionnel genre et race dans le domaine de l'éducation.

Mots-clés: Intersectionnalité, Race, Genre, Éducation

1. INTRODUÇÃO

A primeira autora deste artigo é mulher negra, professora da Educação Básica, em uma cidade do leste de Minas Gerais, atuante em movimentos sociais que tratam de reivindicações étnico- raciais e gênero. A segunda autora também é uma mulher negra, professora universitária e a terceira autora, professora universitária que atua em projetos de extensão e pesquisa, na pauta de gênero e desigualdades educacionais.

Apresentar-nos neste artigo indica um lugar de fala, uma opção contra as formas de discriminação e desigualdade, especialmente as raciais que operam na educação brasileira. Este artigo é fruto de engajamento na temática de gênero e raça e é parte de um projeto de pesquisa sobre a temática na escola básica. Para ressaltarmos a importância da temática, nos reportamos ao Dossiê Mulheres Negras, (IPEA, 2013) que no alerta sobre o sexismo e o racismo como ideologias geradoras de violência, presentes em nosso cotidiano e são dimensões que estimulam uma estrutura desigual e perversa da nossa sociedade.

Entendemos a escola com base fundamental para conscientização e enfrentamento às questões de preconceito e discriminação. Surge daí à importância de se compreender como se opera o racismo e o sexismo dentro do ambiente escolar para, a partir deste ponto, poder criar práticas que promovam o respeito ao outro, construindo uma base sólida para mudanças sociais necessárias para uma sociedade mais equânime. Esse é o debate provocado neste artigo que apresenta resultados do mapeamento de artigos acadêmicos, dos últimos dez anos (2010 – 2020) sobre interseccionalidade de gênero e raça na educação básica brasileira.

Nesse sentido, na seção 2, apresentamos os conceitos que constituem o debate sobre a interseccionalidade de raça e gênero e a relação que este debate tem com o cotidiano escolar. Na seção 3, é detalhada a metodologia do mapeamento dos artigos, o que permite observar tendências e/ou padrões de estudos no âmbito da educação e a forma como raça e gênero estão inseridos no mesmo. Na seção 4, de análise dos resultados, temos as discussões sobre os artigos que discutem interseccionalidade de gênero e raça na educação brasileira. Os resultados e conclusões expõem a marginalidade do assunto no meio acadêmico brasileiro e a necessidade de avanço nessa discussão.

2. INTERSECCIONALIDADE, GÊNERO E RAÇA NA EDUCAÇÃO

A interseccionalidade, conceito-chave da busca e discussão empreendida aqui, diz respeito ao entrecruzamento de discriminações. Criado por Kimberle Crenshaw (1989), a noção de discriminação interseccional contribui para uma renovação na forma de abordar e discutir as problemáticas estruturais que constituem nossas sociedades. Essa renovação se opera na medida em que a interseccionalidade lança luz, especificamente, sobre a complexidade das discriminações e opressões que indivíduos sofrem ao acumularem mais de um marcador social a partir do qual sofrem preconceito.

Na reflexão que empreendemos aqui, abordamos a discriminação interseccional entre gênero e raça, interessando-nos, sobretudo, por aquela que vive o peso desse entrecruzamento de opressões e, ao mesmo tempo, segue invisibilizada: a mulher negra. Assim, cabe, além de destacar a noção de interseccionalidade, refletir sobre os conceitos e fenômenos de gênero e raça e a discriminação a eles relacionados.

Para além de uma simples descrição do feminino e do masculino, ligadas ao sexo biológico, o conceito de gênero assumido neste artigo, considera a construção social do masculino e feminino

para desfazer a concepção de base biológica, determinadora do sexo, e uma suposta fragilidade dos corpos femininos em relação aos corpos masculinos, que tem contribuído historicamente para reafirmar a inferioridade da mulher em relação ao homem como denunciam pesquisadoras de gênero (SCOTT, 1990; LOURO, 2008).

Para a compreensão do sobre o conceito de gênero, recorremos à Scott (1990), que o propõe como categoria de análise histórica:

O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1990, p.21).

O termo raça é assumido, neste artigo, não no sentido de hierarquização dos seres humanos, pelo viés biológico, e sim dentro do contexto de pessoas lidas socialmente como racializadas e em função disso, sofrem preconceito e discriminação, em uma sociedade desigual, marcada por relações de poder que ainda afirma, em diferentes práticas, a superioridade de uma raça (branca) sobre outra (negra). Assume-se, pois, a compreensão de raça em uma perspectiva social.

Para Gomes (2005), na sociedade brasileira, esse termo raça abarca melhor a discriminação que afeta pessoas negras. A autora destaca que o uso do termo é baseado em sua dimensão social e política, pois o racismo existente em nossa sociedade é norteado principalmente nos aspectos físicos observados na estética corporal.

Em um país como o Brasil, marcado pela enorme desigualdade social, cuja engrenagem se encontram o racismo, o patriarcado e o colonialismo, o modo como se educam crianças, adolescentes e jovens merece atenção. Cabe considerarmos a escola como essencial para conscientização e enfrentamento do preconceito e discriminação.

É, nesse sentido que argumenta-se sobre a necessidade de buscar uma abordagem interseccional de compreensão das opressões de raça e gênero no contexto da educação básica. Nesse contexto Biroli e Miguel (2015) afirma que para analisarmos as relações entre os limites das democracias e as desigualdades sociais se fazem necessários incorporarmos as hierarquias das convergências entre raça, gênero e classe social.

A pedagoga Nilma Lino Gomes (1996) denuncia a existência de uma ideologia racial no cotidiano escolar, o que também é denunciado em documentos legais no campo da educação que visam o estabelecimento de relações igualitárias no tocante a raça a partir do gênero. A necessidade do estabelecimento dessas relações igualitárias está evidenciada na Constituição Brasileira e em legislações educacionais que instituem a temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, como forma de valorização cultural e identitária com o propósito de diminuir as formas de racismo (BRASIL, 1988, 1996, 2008).

Nesse sentido, a combinação entre gênero, raça e classe faz com que qualquer interpretação aprofundada do mundo social e qualquer projeto emancipatório consequente precisem incorporar simultaneamente os três eixos, gênero, raça e classe social (BIROLI E MIGUEL, 2015).

Prado e Chagas (2013) ao contribuírem para traçar um retrado da escola brasileira afirmam:

Enquanto se perpetuar uma educação com traços que não acolhem bem ao outro, que preserve um currículo oculto formado pela indiferença e pela discriminação, torna-se utópico a possibilidade de mudança. É imperativo o

combate à violência simbólica presente na escola por meio da uniformidade de ideias (PRADO E CHAGAS, 2013, p. 369).

A relação que estabelecemos com o ambiente escolar apresenta uma dimensão marcante em nossas vidas. Entendemos que as demandas das escolas sobre discriminações racial e de gênero devem ser investigadas e enfrentadas com uma compreensão de seus fatores abrangentes. Nesse contexto, vemos a necessidade de pesquisas envolvendo o outro na sua totalidade, para agir abertamente no âmago das dimensões humanas.

São inegáveis as lacunas de pesquisas sobre mulheres racialmente marginalizadas em todo mundo. Precisamos entender a discriminação no seu aspecto interseccional em suas dimensões de raça e de gênero como parte da estrutura que produz a subordinação de mulheres negras, e como elas trazem essas vivências de discriminação, dentre outros ambientes, do contexto escolar (GOMES, 1996; CRENSHAW 2002).

A importância de desenvolver uma perspectiva que revele e analise a discriminação interseccional reside não apenas no valor das descrições mais precisas sobre as experiências vividas por mulheres racializadas, mas também no fato de que intervenções baseadas em compreensões parciais e por vezes distorcidas das condições das mulheres são, muito provavelmente, ineficientes e talvez até contraproducentes. Somente através de um exame mais detalhado das dinâmicas variáveis que formam a subordinação de mulheres racialmente marcadas pode-se desenvolver intervenções e proteções mais eficazes. (CRENSHAW, 2002 p.17).

Nesse sentido, Sueli Carneiro, filósofa, escritora e ativista do movimento social negro brasileiro, denuncia a construção histórica da naturalização para afirmar uma suposta superioridade racial (brancos em relação aos negros) particularmente a mulher negra:

São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor (CARNEIRO, 2003, p.49).

Existem hoje em vigor em nosso país, ações afirmativas no âmbito educacional que reconhecem a condição desfavorecida da população negra e foram criadas com o intuito de sanar alguns aspectos da condição desigual dessa população. Queremos destacar a Lei 10.639/2003 (posteriormente alterada pela Lei 11.645/2008), modifica a redação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, dando a seguinte redação ao artigo 26: “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 2008).

Cabe destacar o valor das legislações vigentes, pois, desse modo, os estudantes de educação básica poderão compreender o papel do povo negro na formação da população brasileira, assim como indígenas, demonstrando as diversas contribuições de cada etnia, contrapondo a ideia de valorização da cultura e da história do Brasil apenas do ponto de vista do colonizador europeu. Evidentemente,

reconhecemos os entraves para aplicação da lei, especialmente a falta de capacitação dos próprios docentes em trabalhar conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros. Todavia, a obrigação legal de fazê-lo é um primeiro passo, extremamente importante e trará resultados positivos às futuras gerações (GOMES, 2011).

Apesar dos avanços dos últimos anos em políticas públicas para combater o racismo, a situação da população negra em geral no Brasil é um problema grave, particularmente da mulher negra que sofre com a sobreposição de opressões, de raça e gênero, sendo esse o grupo social mais exposto às vulnerabilidades sociais.

Diante de tudo o que foi exposto até o momento, fica evidente o papel da escola (enquanto instituição) e do ambiente escolar (em sua dimensão cotidiana) enquanto espaço onde se está atento à discriminação interseccional de raça e gênero e onde se constrói as bases para combater a reprodução desse fenômeno. No entanto, o que e como a literatura acadêmica tem pensado a relação entre a interseccionalidade de raça e gênero na educação básica?

METODOLOGIA

Para o mapeamento e análise da produção científica brasileira sobre interseccionalidade de gênero e raça na educação básica brasileira nos últimos dez anos (2010-2020) escolhemos a metodologia de revisão bibliográfica sistemática (RBS), pois segundo Ferenhof e Fernandes (2016) proporciona a sistematização do conhecimento científico, tornando-o possível de ser replicado, além de possibilitar a análise e a síntese do conhecimento existente na literatura científica.

O autor destaca que o método *Systematic Search Flow* - SSF fornece aos pesquisadores, um modo de como realizar buscas de maneira sistemática na literatura. Auxiliando no mapeamento de um portfólio de artigos ao tema pesquisado, proporciona a sistematização do conhecimento científico, tornando-o possível de ser replicado, além de está fundamentado em sua capacidade de possibilitar a análise e a síntese do conhecimento existente na literatura científica, permitindo a obtenção de informações que possibilitem aos leitores avaliar a pertinência dos procedimentos empregados na elaboração da produção científica (FERENHOF; FERNANDES (2016).

Como fonte da revisão bibliográfica sistemática escolhemos o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Este portal de periódicos é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza às instituições de ensino e pesquisa no Brasil, de forma criteriosa, a produção científica nacional e internacional.

Iniciamos a busca no portal da Capes, dentro do acesso a Comunidade Acadêmica Federada (CAFE), pois, esta opção permite o acesso remoto ao conteúdo assinado do Portal de Periódicos disponível para instituições de ensino e permite acessar um conjunto documental mais amplo. Na busca avançada, no assunto “contém” colocamos como termos de busca “Interseccionalidade” and “Gênero” and “Raça” and “Educação”. Foram selecionados como filtros: artigos publicados dos últimos dez anos; qualquer tipo “todos os itens” e em qualquer idioma. Essa primeira busca retornou como resultado um artigo cujo objeto de estudo é a interseccionalidade de raça e gênero na educação no Brasil.

A partir desse retorno, de somente uma publicação, foram necessárias várias buscas com diferentes combinações de palavras com o intuito de ampliar o resultado para um número maior de artigos. Dentre as outras buscas, foi realizada uma com as palavras-chaves: “Gênero” and “Raça” and “Educação”, o tipo de material escolhido foram os artigos, publicados nos últimos dez anos, em Português, periódicos revisados por pares, incluindo os tópicos educação, raça e gênero. Desta busca retornaram 132 artigos.

Os títulos e resumos dos artigos foram lidos e, a partir desta leitura, foram descartados 19 (dezenove) artigos que abordavam educação, mas não contemplavam discussão de raça e/ou gênero; também foram excluídos 11 artigos que eram repetidos; restando, portanto, 102 artigos, para leitura. Para a análise do material procedemos a uma quantificação desses 102 artigos e selecionamos para a seção de discussão os artigos que operam na perspectiva interseccional.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma análise geral dos artigos que retornaram da busca, quando se omitiu a palavra chave “Interseccionalidade” permite concluir que dos 102 (cento e dois) artigos, 39 (trinta e nove) fazem discussões sobre raça e 90 (noventa) sobre gênero e 27 (vinte e sete) artigos trazem gênero e raça concomitantemente, sendo que entre esses 27 (vinte e sete) artigos, 04 (quatro) artigos trazem gênero e raça na perspectiva interseccional no campo educacional. O quadro (1) apresenta visualmente esses resultados:

Quadro 1 – Análise Quantitativa

Principal tema discutido	Número de Artigos
Raça	10
Gênero	50
Educação e Raça	2
Educação e Gênero	13
Raça e Gênero	23
Gênero, Raça, Educação	4
TOTAL	102

Elaboração: as autoras, 2020.

A partir da perspectiva quantitativa, as questões relativas à temática gênero tem despertado mais interesse do que a temática raça. Dentro do campo educacional as questões de raça também despertam menor interesse de pesquisa em relação à temática gênero; na perspectiva interseccional no campo da educação encontramos um número ínfimo de produções científicas.

Esta primeira análise quantitativa é indicadora da pouca atenção posta na pauta interseccional já que as mulheres negras tiveram uma vivência histórica diferente do discurso clássico sobre a opressão da mulher, que não tem contemplado diferenças raciais, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade de mulheres negras. Somos de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas e que não entenderam quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar evidenciando a importância da análise interseccional das opressões (CARNEIRO, 2003).

Após essa primeira análise, realizamos uma análise qualitativa os artigos que discutem gênero, raça, educação, e indicam, portanto, preocupações de pesquisadores (as) com a pauta interseccional. Para análise observou-se como instrumentos de ponderações os principais conceitos apresentados nos artigos, sobretudo os referentes a gênero e raça; a partir do olhar de quais disciplinas acadêmicas os artigos são produzidos; principais autores referência, o tipo de pesquisa (empírica ou teórica) e os principais resultados que permitem refletir o campo da educação. Para a análise foram selecionados os artigos abaixo relacionados conforme quadro 2:

Quadro 2 – Artigos Analisados Qualitativamente

Autores	Títulos dos artigos	Ano da publicação	Observações
Saskya Miranda Lopes	Interseccionalidade de raça e gênero nas escolas brasileiras e os projetos de lei silenciadores.	2018	Legislações em direitos humanos e em educação em direitos humanos. LGBTQ
Janssen Felipe Silva	Imagens de mulheres negras e indígenas nos livros didáticos dos territórios campestres brasileiro e colombiano	2019	Análise a partir de uma Coleção de livros didáticos.
Anna Rita Sartore			Estudo da semiótica.
Aline Renata dos Santos			Pesquisa de campo.
Bianca Salazar Guizzo	Raça e gênero na educação básica: pesquisando ‘com’ crianças	2017	Estudantes da educação Infantil e anos iniciais do ensino fundamental Análise a partir do censo demográfico 2000.
Maria Angélica Zubaram			
Dinah Quesada Beck	Escolarização no Brasil: Articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social.	2010	Faz comparações geracionais.
Alceu Ravello Ferraro			

Elaboração: as autoras, 2020

Esses artigos selecionados para a análise qualitativa ressaltam a importância do estudo a partir da interseccionalidade de gênero e raça. Os artigos “Interseccionalidade de raça e gênero nas escolas brasileiras e os projetos de lei silenciadores” (2018); “Imagens de mulheres negras e indígenas nos livros didáticos dos territórios campestres brasileiro e colombiano” (2019) e “Escolarização no Brasil: Articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social”(2010); trazem o conceito de classe social como sobreposição também necessária, conforme argumentam os autores de modo geral para se entender os mecanismos de opressão raça e gênero.

Os autores dos artigos “Imagens de mulheres negras e indígenas nos livros didáticos dos territórios campestres brasileiro e colombiano” (2019) e “Interseccionalidade de raça e gênero nas escolas brasileiras e os projetos de lei silenciadores” (2018), ressaltam a importância dos movimentos sociais brasileiros, compreendidos como coletivos mobilizados em favor da equidade gênero e racial, pois são esses movimentos sociais reivindicam a discussão e criação políticas públicas em favor da equidade.

O artigo de Saskya Miranda Lopes (2018), cuja formação acadêmica é na área do direito debate direitos humanos e educação em direitos humanos, pautada em legislações e políticas públicas que foram impulsionadas na última década pelo governo brasileiro. É fundamentado em um referencial feminista descolonial e interseccional de raça, gênero e classe para descrever os avanços quanto à educação em direitos humanos, particularmente os direitos das mulheres, negras, negros e LGBTQ. A autora aponta retrocessos nesse campo, alegando que o mesmo é fruto de um movimento conservador e declara o colonialismo, racismo e patriarcado como traços marcantes da formação da sociedade brasileira.

No artigo sobre “a imagem de mulheres negras e indígenas nos livros didáticos”, Janssen Felipe

Silva, Anna Rita Sartore, Aline Renata dos Santos (2019), todos com formação acadêmica em educação, analisam a imagem de mulheres negras e indígenas retratadas nos livros didáticos dos territórios campestres do Brasil e da Colômbia. Destacam que o fazem objetivando compreender os lugares e as funções das mulheres negras e indígenas nas imagens dos livros didáticos. Assim como no artigo de Saskya Miranda Lopes (2018) os autores reafirmam o colonialismo e o patriarcado como estruturantes em nossa sociedade e comparecem nos livros didáticos brasileiros e colombianos.

Para os autores, Janssen Felipe Silva, Anna Rita Sartore, Aline Renata dos Santos (2019), a educação escolarizada possui um papel importante na luta contra o patriarcado. Conforme argumentam, os livros didáticos, enquanto textos curriculares devem ser instrumento na busca pela despatriarcalização. Os autores ressaltam a existência de legislações brasileiras e colombianas que orientam editoras na formulação dos livros didáticos de não retratarem estereótipos ou qualquer tipo de discriminação. Entretanto, burlando essas legislações, ainda comparecem imagens analisadas nos livros didáticos que autenticam a manutenção das subalternizações impostas às mulheres negras e indígenas.

No artigo de Alceu Ravello Ferraro (2010), formação acadêmica em filosofia e ciências sociais, na perspectiva de articulação das dimensões gênero, raça e classe social, o autor mede o nível de escolarização por média de anos de estudo realizados com aprovação, enfatizando que a medida que se passa das gerações mais velhas para as mais novas, as mulheres passam a ter mais anos de estudos que os homens com base no Censo Demográfico do ano 2000. Entretanto, constata que em termos de média de anos de estudo a população negra mantém-se em posição de inferioridade em relação à população branca.

Em uma pesquisa empírica com crianças da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, as autoras Bianca Calazar Guizzo; Maria Angélica Zubaram; Dinah Quesada Beck (2017) possuem formação acadêmica na área de pedagogia, discutem e problematizam no artigo como determinadas representações étnico- raciais e de gênero são construídas e reiteradas cotidianamente no ambiente escolar. Os resultados da pesquisa apontam que, desde a infância estudantes da educação básica incorporam e disseminam representações “estereotipadas” relativas aos pertencimentos étnico –raciais e de gênero.

Na análise dos artigos interessamos-nos pelos conceitos de gênero e raça com os quais os autores operam do artigo “Imagens de mulheres negras e indígenas nos livros didáticos dos territórios campestres brasileiro e colombiano” (2019) conceituam gênero através diálogo entre os Estudos Pós-coloniais, citando autores como Aníbal Quijano; Walter Dignolo; e o Feminismo Latino-americano em autores como Julieta Paredes; Rita Laura Segato (SILVA, SARTORE, SANTOS, 2019). Neste estudo, os autores recorrem uma abordagem pós-colonial e do feminismo discutindo a política centrada do conhecimento da filosofia ocidental, que não privilegia o lugar epistêmico étnico-racial e de gênero e o sujeito encontram-se, desvinculados.

Os autores ainda trazem Aníbal Quijano (2005), afirmando que a colonização é uma etapa do colonialismo onde acontece a imposição de formas de conhecimento, de trabalho, de cultura e de educação regularizadas como inferiores e superiores; sustentadas por um ideal de homem branco, europeu, heterossexual e cristão. Exibindo o modelo eurocêntrico de dominação e de exploração compreendido pelos portugueses e espanhóis.

Ainda sobre o artigo dos autores Janssen Felipe Silva, Anna Rita Sartore, Aline Renata dos Santos (2019); apresenta contribuições de Luis Delgado e Rebeca Madriz Franco para a compreensão da opressão de gênero que incide sobre a mulher branca, entretanto, no que refere às mulheres índias e negras estas sofriam (sofrem) as opressões decorridas da origem de raça, de etnia, de gênero (SILVA, SARTORE; SANTOS, 2019).

No artigo “Interseccionalidade de raça e gênero nas escolas brasileiras e os projetos de lei silenciadores” (LOPES, 2018), a conceituação de gênero é feita a partir das autoras Alda Facio e

Lorena Fries. A partir dessas autoras, assume-se no artigo gênero enquanto conjunto de características e comportamentos atribuídos a cada sexo através de uma construção social, sustentados pela ideologia patriarcal.

Temos em comum nos artigos “Interseccionalidade de raça e gênero nas escolas brasileiras e os projetos de lei silenciadores” (2018) e “Imagens de mulheres negras e indígenas nos livros didáticos dos territórios campestres brasileiro e colombiano” (2019) o diálogo com Aníbal Quijano indicando a centralidade da questão racial para a construção do capitalismo nas Américas, tramando teorias racializadoras para autenticar a suposta inferioridade de negros e indígenas, promovendo a concordância da que exploração escravista da mão de obra destes povos no continente americano.

O artigo “Gênero e raça na educação básica: pesquisando ‘com’ crianças” (2017) apoia a concepção de gênero de acordo com Donna Haraway, alegando que tal conceito foi desenvolvido com a intenção de contradizer a naturalização da diferença sexual que hierarquiza homens e mulheres de maneira diferenciada. Judith Butler é outra estudiosa da temática citada pelas autoras; afirma que os sujeitos são ensinados a viver as identidades de gênero a partir da ideia de nascer com determinada genitália é determinante para se definir quais modos e comportamentos seguir (GUIZZO, ZUBARAN, BECK, 2017).

Para a conceituação de raça recorrem a autora Dagmar Estermann Meyer, afirmando que o conceito está relacionado aos sentidos e critérios de pertencimento e se compõe um suporte de processos pelos quais se constroem fronteiras entre aqueles/as que pertencem e aqueles/as que não pertencem a determinados grupos/populações. A esse respeito, as autoras afirmam que:

Essas fronteiras não apenas relacionam, aproximam, separam e/ou diferenciam grupos entre si, mas, o que é mais importante, elas agem de forma a posicionar socialmente os grupos representados, numa operação em que características de diversas ordens são transformadas em privilégios, vantagens, desigualdades e desvantagens sociais (GUIZZO; ZUBARAN; BECK, 2017 p.525).

O artigo do Alceu Ravello Ferraro (2010) para conceituar gênero, analisa a obra “Interpretando o gênero” de Linda Nicholson (NICHOLSON, 2000), considera que gênero foi desenvolvido em oposição à sexo, para descrever o que é socialmente arquitetado. O conceito é ponderado como referência a personalidade e comportamento, não ao corpo; portanto gênero e sexo biológico são compreendidos como distintos. Em relação ao termo raça. O autor alerta sobre a complexidade conceitual por envolver cor e etnia, e por isso optou por considerar as pessoas autodeclaradas brancas, pretas ou pardas, incorporando as pretas e pardas na categoria negras, justificando que constitui prática comum nas pesquisas sociais em geral e nas educacionais em particular.

A interseccionalidade é um conceito imprescindível para entendemos a **inseparabilidade estrutural do racismo e patriarcado**. Dentre os quatro artigos analisados, apenas dois – “ Interseccionalidade de raça e gênero nas escolas brasileiras” e “Os projetos de lei silenciadores e Imagens de mulheres negras e indígenas nos livros didáticos dos territórios campestres brasileiro e colombiano” tratam de forma concreta a interseccionalidade como instrumento normativo para que as mulheres negras possam ser vistas e faladas a partir do seu próprio lugar de experiência pós-colonial (AKOTIRENE, 2018).

Partindo das considerações levantadas nos artigos analisados e no referencial teórico utilizado deste artigo, ressaltamos a importância de voltamos nossos olhares para crianças, adolescentes e jovens negras dentro do ambiente escolar. Essa atenção às mulheres, não exclui na perspectiva de gênero, os homens, - colegas da turma, independente do marcador racial, mas são que podem levar pela vida sofrimentos causados pelas opressões interseccionais de gênero e raça. Consideramos a escola uma

ferramenta fundamental para transformação social e que deve ter condições de combater os mais diversos tipos de discriminações e preconceitos.

5. CONCLUSÃO

Em um país como o Brasil, marcado pelo racismo e patriarcado; pensando a

escola como essencial para conscientização e enfrentamento às questões de preconceito e discriminação, faz-se necessário buscar uma abordagem interseccional para a compreensão de opressões de raça e gênero na educação básica. Entretanto, o que constatamos em nosso exercício de busca é que a temática da interseccionalidade se coloca de modo tímido na pauta das pesquisas educacionais.

O meio acadêmico reflete a invisibilidade da discriminação interseccional da jovem negra. Sueli Carneiro (2003) evidencia essa invisibilidade racial nos estudos e ações do movimento de mulheres e a pouca atenção a temática de gênero no movimento negro e a mulheres negras nessas organizações que se propuseram a questionar essas práticas excludentes.

Para a autora as mulheres negras tiveram que “enegrecer” a agenda do movimento feminista e “sexualizar” a do movimento negro, promovendo uma diversificação das concepções e práticas políticas em uma dupla perspectiva, afirmando novos sujeitos políticos e exigindo reconhecimento das diferenças e desigualdades entre esses novos sujeitos.

O tema da jovem menina preta é marginal. E isso não está descolado do fato de que o racismo em nossa sociedade é estrutural; ele está na forma como a sociedade funciona e se organiza. E o fato de a racialidade no âmbito educacional ser pouco estudada, o fato de haver poucas acadêmicas negras, tudo isso é uma face da estrutura racializada que vivemos hoje. O racismo, na academia científica brasileira, foi até os últimos tempos, assunto marginal.

Por fim, gostaríamos de colocar em evidência autores que foram base teórica dos artigos analisados e que podem contribuir para outras pesquisas a serem realizadas como o sociólogo Aníbal Quijano que apresenta a noção de classificação social da população mundial estruturada na noção de raça, que tem origem no caráter colonial (QUIJANO, 2005); a filósofa Linda Nicholson (2000) ancorou-se na distinção entre sexo e gênero; a historiadora Joan Scott que articulou a noção de poder para definir gênero; a filósofa Judith Butler defende que gêneros são construções sociais e Nilma Lino Gomes, pedagoga que discute as relações étnico- raciais na escola.

A educação étnico- racial em nossa sociedade, imbricada com as questões de gênero é instrumento fundamental para a nossa transformação social rumo à construção de uma sociedade menos desigual. Desse modo, pode-se formar uma nova consciência coletiva, a partir de uma compreensão diferente do papel do povo negro na formação da população brasileira, assim como indígenas, demonstrando as diversas contribuições de cada raça/etnia.

6. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Ed. Letramento, 2018.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. (2015), “Gênero, Raça, Classe: Dominações Cruzadas e Convergências na Reprodução das Desigualdades”. *Mediações*, vol. 20, nº 2, p. 27-55.
- BRASIL. Lei Federal Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"**. Disponível em . Acesso em: 08 jul. 2020.
- BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: Acesso em: ago.2020. BRASIL.
- BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 março de 2008. História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm Acesso em: ago. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 9.324**, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.
- CARNEIRO, S. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: ASHOKA EMPREENDIMIENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Estudos Feministas**, Ano 10, segundo semestre, 2002, p. 171-188.
- CRENSHAW, K. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16. Disponível em: . Acesso em: jun. 2020.
- IPEA, Dossiê Mulheres Negras. Brasília , 2013, p. 109-131. Disponível em: [ras.pdf](#)>. Acesso em: 25 mai. 2020.
- FERENHOF, Helio A.; FERNANDES, Roberto F.. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SFF. **Revista ACB**, v. 21, n. 3, 2016. Disponível em: . Acesso em: 20 jul. 2020
- FERRARO, R. A. Escolarização no Brasil: Articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social. educação e pesquisa: **Revista Da Faculdade De Educação Da Universidade De São Paulo**, vol. 36, no. 2, 2010, pp. 505–526. GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62. Acesso em: mai. 2020
- GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE, v. 27, n. 1, 2011.
- QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. (org.).

A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clasco, 2005

GUIZZO, B. S. ; ZUBARAN, M. A; BECK, D. Q. **Raça e gênero na educação básica: pesquisando com' crianças**. ACTA SCIENTIARUM. EDUCATION (ONLINE), v. 39, p. 523-531, 2017.

LOPES, S. M. Interseccionalidade de raça e gênero nas escolas brasileiras e os projetos de lei silenciadores. **Motricidades 2**, no. 2 (2018): 149-62.

LOURO, G. L. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Revista brasileira de pesquisa sobre formação docente**, Belo Horizonte, v.3, n.2, jan./jul. 2011. Disponível em:< <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/31> >Acesso em: 24 ago. 2020.

PRADO, Z.; CHAGAS, M. *Educação e diversidade: os seus reflexos e desafios*. In: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Retratos da Escola**. Brasília, 2007. p. 359-372.

SILVA, J. F.; SARTORE, A. R.; DOS SANTOS, A. R. Imagens de mulheres negras e indígenas nos livros didáticos dos territórios campestre brasileiro e colombiano. **Roteiro**, v. 44, n. 2, p. 1-32, 26 abr. 2019

SCOTT, J. G.: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2, p.5-22, jul/dez, 1990.

*Mestranda do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território - GIT da Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE

**Professora do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território - GIT da Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE

***Professora do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território - GIT da Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE